

Câmara Técnica de Águas Subterrâneas

Ata da 96ª Reunião

Data: 05 e 06 de outubro de 2016.

Hora: Dia 05: 14h00 às 18h00 (Reunião Conjunta CTAS-CTPOAR);

Dia 06: 09h00 às 17h00 (Reunião específica da CTAS).

Local: SEPN505 (W2 Norte), Ed. Marie Prendi Cruz, na sala CT-01, Brasília/DF.

PARTICIPANTES:

Ministério da Saúde: Fernanda Conde Frade (fernanda.frade@saude.gov.br);

Ministério do Meio Ambiente/SRHU: Roseli dos Santos Souza (roseli.souza@mma.gov.br);

Ministério do Meio Ambiente/ANA: Leonardo de Almeida (leonardo.almeida@ana.gov.br);

Ministério de Minas e Energia: Maria Antonieta Mourão (maria.antonieta@cprm.gov.br);

Conselho Estadual de Recursos Hídricos – MT/GO: Nédio Carlos Pinheiro (nedio@terra.com.br);

Conselho Estadual de Recursos Hídricos – MG/ES: Maricene Paixão (maricene.paixao@meioambiente.mg.gov.br);

Conselho Estadual de Recursos Hídricos – RJ/SP: Ausente;

Conselho Estadual de Recursos Hídricos – AL/RN: Ausente;

Conselho Estadual de Recursos Hídricos – SC e RS: Enaldo Ribeiro Santos (enaldo@sds.sc.gov.br);

Irrigantes: Gustavo dos Santos Goretti (gustavo.goretti@cna.org.br);

Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: José Geraldo Nogueira de Oliveira (josenogueira@saneago.com.br);

Indústrias: Edmar Eufrásio de Araújo (edmar.araujo@vmetais.com.br);

Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos para o Lazer e Turismo: Wilson de Azevedo Filho (azefilho@hotmail.com);

Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Emílio Carlos Prandi (ecprandi@gmail.com);

Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa: Zoltan Romero Cavalcante Rodrigues (zoltanr@gmail.com);

Organizações Não Governamentais: Willy Ortiz Oliveira (willymundo@gmail.com);

Organizações Não Governamentais: João Clímaco (fonasccbh@yahoo.com.br).

DEMAIS PRESENTES:

Anderson Gomes da Silva (anderson.silva@agerh.es.gov.br);

Claudia Ferreira Lima (claudia.lima@ibama.gov.br);

Eldis Camargo (eldis.camargo@ana.gov.br);

Fernando A. C. Feitosa (fernando.feitosa@cprm.gov.br);

Frederico Claudio Peixinho (frederico.peixinho@cprm.gov.br);

José Luiz Albuquerque Filho (albuzelu@ipt.br);

Marco Aurélio Alves Adão (marcoadao@mpf.mp.br);

Marina Rocha Cavalcante Barros Mendes (marina.rocha@trfe.jus.br);

Rafaela Freitas (rfreitas@cni.org.br);

Vando da Silva Marques (vandomarques@mppi.mp.br);

Vinícius Rosa Rodrigues (vinicius.rodrigues@daee.sp.gov.br).

DEMAIS PRESENTES NA REUNIÃO CONJUNTA:

Vide lista anexa.

RELATORIA: Anderson Felipe de Medeiros Bezerra – SRHU/MMA (anderson.bezerra@mma.gov.br)

50 **ASSUNTOS DISCUTIDOS EM REUNIÃO CONJUNTA CTAS/CTPOAR:** [Abertura e informes:](#)
 51 Os presidentes, o **Sr. Zoltan Romero (CTAS)** e a **Sra. Ellen Pantoja (CTPOAR)** deram as boas-
 52 vindas aos membros presentes e solicitaram uma rodada de apresentações. Seguindo a pauta do dia,
 53 iniciou-se a discussão do [Item 01 – Continuação das discussões sobre a proposta de Resolução que](#)
 54 [“estabelece diretrizes para a gestão integrada de recursos hídricos superficiais e subterrâneos”](#): o **Sr.**
 55 **Zoltan Romero** fez uma breve atualização dos encaminhamentos até então, comentando que na reunião
 56 passada não houve avanço nas discussões pois o texto da proposta não estava devidamente estruturado.
 57 Portanto, durante a reunião passada formou-se um Grupo de Trabalho (GT) de curta duração, com a
 58 finalidade de analisar a minuta, fazendo sua reestruturação. Outro objetivo do GT foi verificar possíveis
 59 conflitos com outras normas existentes, fazendo uma revisão dos aspectos jurídicos. Após estas
 60 explicações passou-se para a análise dos resultados do trabalho do GT, iniciando no art. 3º, pois os dois
 61 primeiros artigos tratam apenas do objetivo geral da norma e das definições, respectivamente, e poderão
 62 ser detalhadas após a finalização do restante do texto. Após a leitura do art. 3º, o **Sr. Nelson Césio**
 63 **Fernandes Santos (Conselhos Estaduais – AL/RN)** sugeriu nova redação no §4º deste artigo,
 64 substituído o termo “a alocação...” por “a outorga do direito de uso dos recursos hídricos...”, o que gerou
 65 discussão entre os membros. O **Sr. Luiz Henrique (ANA)** comentou que se trata de alocação, diante de
 66 um marco regulatório para elaboração das diretrizes para outorga de recursos hídricos. A **Sra. Leila**
 67 **Gomes (Conselhos Estaduais - RJ/SP)** questionou no art. 3º o trecho “*Um sistema de monitoramento*
 68 *deverá ser implantado nestes trechos de bacia ou sub-bacias hidrográficas...*”, especificamente sobre a
 69 palavra “deverá” que pode gerar problemas em relação à validade de dados preexistentes nos órgãos
 70 gestores. O **Sr. Luiz Henrique (ANA)** falou que a proposta é baseada em diretrizes para a gestão
 71 integrada, e é necessário atentar para a compatibilidade da criação de obrigatoriedades, como a
 72 mencionada pela Sra. Leila. O **Sr. Zoltan Romero** comentou que sua maior preocupação é com relação
 73 ao art. 11, que regulariza uma situação que atualmente está totalmente irregular, pois, pelas resoluções
 74 que já estão em vigor, nenhum órgão gestor está cumprindo os artigos referentes à gestão integrada,
 75 como por exemplo as resoluções CNRH nº 13, nº 15, nº 16, etc. O **Sr. Leonardo de Almeida (ANA)**
 76 pediu a palavra e comentou que, em reuniões anteriores, a ANA havia apresentado uma proposta que
 77 tinha várias diretrizes bem estruturadas, e essas diretrizes já não existem na versão atual da proposta.
 78 Por isso ele ainda defende a proposta apresentada pela ANA inicialmente. Comentou ainda que é
 79 necessário incluir a participação da CTPNRH antes de encerrar as discussões na CTAS/CTPOAR, pois
 80 a proposta apresenta diretrizes que incluem papel fundamental dos planos de bacia na gestão integrada
 81 de recursos hídricos. A **Sra. Roseli Souza (SRHU/MMA)** comentou que o GT formado na última
 82 reunião trabalhou para apresentar esta proposta mais concisa e consistente, que pode ser apresentada
 83 posteriormente para a CTPNRH. Os membros presentes decidiram continuar a leitura da proposta de
 84 resolução e analisar item por item. Após a leitura o **Sr. Luiz Henrique (ANA)** comentou sobre o art. 4º
 85 da proposta, onde aparece o termo “normativos”, assim como os entes responsáveis para elaborá-los. Ao
 86 seu ver o termo “normativos” é vago, precisando esclarecer que tipo de normativos serão esses, como
 87 por exemplo, referentes aos planos de bacias ou ao uso da água (outorga, alocação negociada, etc.).
 88 Como se trata do âmbito da política nacional de recursos hídricos, é preciso também verificar a
 89 competência dos entes responsáveis pela definição destas diretrizes. O **Sr. Zoltan Romero** citou o
 90 inciso IV do Art. 36 da Lei 9.433/1997, que dispõe sobre os entes que integram o Sistema Nacional de
 91 Gerenciamento de Recursos Hídricos, que incluem os órgãos dos poderes públicos federal, estaduais, do
 92 Distrito Federal e municipais cujas competências se relacionem com a gestão de recursos hídricos. Por
 93 isto a importância da manutenção da participação destes entes, incluindo os municipais, no escopo desta
 94 proposta de resolução, principalmente acerca do uso e ocupação do solo. O **Sr. Luiz Henrique (ANA)**
 95 comentou que a participação dos municípios está prevista nos Comitês de Bacias Hidrográficas, não
 96 havendo outra forma destes entes deliberarem com os órgãos gestores de recursos hídricos. A **Sra. Leila**
 97 **Gomes (Conselhos Estaduais - RJ/SP)** alertou para a importância de incorporar o papel dos
 98 municípios nas discussões sobre a gestão de recursos hídricos, apontando exemplos de problemas de
 99 gestão que ocorreram em São Paulo por falta de diálogo entre o órgão gestor e o município. Outros
 100 questionamentos foram feitos pelos membros presentes, principalmente com relação à atuação dos
 101 municípios na gestão integrada de recursos hídricos. Após longo período de diálogo para definição dos

encaminhamentos, os membros decidiram retornar para a discussão do art. 1º, definindo, desde o início, que o escopo da proposta de resolução é específico para trechos de bacia hidrográfica onde existirem dados que possibilitem quantificar a conectividade. Quanto ao art. 3º, sua redação foi alterada, definindo a aplicação da norma aos aquíferos livres e rios perenes onde exista conectividade entre águas superficiais e subterrâneas. Devido às alterações realizadas no caput do art. 3º, foi retirado o seu § 1º, que se tornaria redundante. O § 2º do mesmo artigo se tornou o art. 4º, fazendo as devidas modificações no texto para adequações ao novo caput. O **Sr. João Clímaco (ONGs)** colocou sua preocupação com a proposta de resolução, para que seja levado em consideração o princípio da precaução pelos órgãos gestores, e a gestão integrada não dependa da existência de dados para que seja iniciada, uma vez que a falta da gestão integrada já pode estar causando efeitos irreversíveis na disponibilidade hídrica. Com o avançar do horário, a **Sra. Ellen Pantoja** sugeriu que na próxima reunião conjunta, prevista para março de 2017, a proposta fosse novamente colocada na pauta de uma reunião conjunta, não sendo mais viável tratar o assunto em Grupos de Trabalho. Para tanto, ficou acordado que os membros enviarão as contribuições necessárias para o e-mail da Secretaria Executiva do CNRH, apresentando as devidas justificativas para cada alteração apresentada. Assuntos Gerais / Encerramento: a **Sra. Roseli Souza (SRHU/MMA)** comentou que a Secretaria Executiva enviará por e-mail as modificações na proposta de resolução realizadas na presente reunião, reforçando a necessidade dos membros apresentarem suas contribuições com as devidas justificativas. O **Sr. Wilson de Azevedo (Pesca e Turismo)** comentou sobre os planos de recursos hídricos como instrumento de gestão, falando da importância de haver informações detalhadas por município, que até então, como o município não possui poder de gestão, sempre foi desconsiderado nos Planos, havendo apenas informações sobre a bacia hidrográfica como um todo, fazendo com que o Comitê de Bacia tenha pouca atuação sobre o município por desconhecer a realidade municipal. Isto possibilitará a atuação pontual junto à municipalidade, atuando de modo efetivo nas pequenas ações que vão se refletir na gestão de recursos hídricos. Finalizando a reunião, os membros decidiram ainda que na próxima reunião conjunta entre a CTAS/CTPOAR poderá ser elaborado um convite formal para a CTPNRH, no caso de a proposta de resolução estiver caminhando para uma maior importância dos Planos de Recursos Hídricos e do uso e ocupação do solo. Não havendo mais itens de pauta, os presidentes da CTPOAR e da CTAS finalizaram a reunião, agradecendo a presença e colaboração de todos os presentes.

ASSUNTOS DISCUTIDOS (96ª REUNIÃO DA CTAS)

No dia seguinte, 06 de outubro de 2016, o **Sr. Zoltan Romero (OTEP)** deu início à reunião específica para a CTAS, solicitando uma rodada de apresentação dos membros presentes. Após, passou-se para o Item 02 - Abertura/Informes: a **Sra. Roseli Souza (MMA/SRHU)**, a pedido da **Sra. Luciana Ferreira (CERH/SP)**, que não pode comparecer, informou sobre o pacto de gestão entre a Agência Nacional de Águas (ANA) e os estados – PROGESTÃO, informação que ficou pendente na apresentação feita na última reunião da CTAS. Assim, esclareceu que a Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos já realizou reunião com a ANA para tratar das metas do PROGESTÃO, com envolvimento do DAEE, e que a meta está em andamento no Estado de SP. O outro informe a pedido da representante do CERH/SP, foi um convite aos membros da CTAS para participarem do *Painel de Águas Subterrâneas do Estado de SP*, cuja diretriz é tratar da atualização, proteção e controle, e o objetivo é de apresentar e divulgar os estudos sobre águas subterrâneas que vem sendo desenvolvidos pelo Sistema de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos do Estado. Item 03 - Aprovação da ATA da 95ª Reunião da CTAS: após algumas correções e análise das sugestões encaminhadas por e-mail pelos representantes da CTAS, a ata foi aprovada. Item 04 - Aproveitamento da água proveniente dos poços jorrantes do Vale do Gurguéia no Piauí. Apresentação dos Ministérios Públicos Federal (MPF) e Estadual do Piauí (MPE-PI) a respeito da ação civil pública ajuizada na Promotoria Regional Ambiental de São Raimundo Nonato: a palavra foi passada para o **Sr. João Clímaco (ONGs)**, que informou que o tratamento no CNRH do assunto dos poços jorrantes do Vale do Gurguéia foi uma demanda colocada pelo seguimento

154 das ONGs. O **Sr. Zoltan Romero (OTEP)** complementou que, de acordo com a apresentação feita pelo
155 Serviço Geológico do Brasil (CPRM) na última reunião, não existem impedimentos técnicos para o
156 aproveitamento adequado das águas dos poços jorrantes do Vale do Gurguéia, mas que é importante
157 observar os aspectos jurídicos envolvidos. Assim, passou a palavra aos convidados do MPF e MPE-PI
158 para a apresentação. O **Promotor Vando Marques (MPE-PI)** iniciou sua apresentação citando o início
159 de uma investigação (Inquérito Civil nº 16/2013) da promotoria do Estado do Piauí sobre o público e
160 notório desperdício de água que ocorre na região do Vale do Gurguéia. Citou também que,
161 paralelamente, eram investigadas irregularidades relacionadas à “Operação Carro-Pipa”, que abrange 93
162 municípios piauienses, tendo sido instaurados um total de sete inquéritos civis sobre esta operação, nas
163 sete comarcas que abrangem a região do cristalino, que é uma região extremamente árida com águas
164 subterrâneas com alto grau de salinidade. Informou que em suas inspeções nesses locais verificou que
165 existia exploração comercial dos mananciais subterrâneos por grupos ligados a políticos da região que
166 comercializavam a água retirada de poços, que era distribuída por meio dos carros-pipa, criando-se uma
167 “indústria da água” naquela região. Em contrapartida, esclareceu que se gasta cerca de R\$ 100
168 milhões/ano com a “Operação Carro-Pipa” no Piauí, além de outros mais de R\$ 20 milhões com as
169 operações da Defesa Civil e do exército em sua atuação no combate aos efeitos da seca. Complementou
170 que, o valor de uma “adutora do sertão do Piauí” (projeto idealizado a partir de estudos da CPRM) para
171 distribuição da água dos poços jorrantes do Vale do Gurguéia, que hoje é “desperdiçada” na região,
172 seria em torno de R\$ 900 milhões; o que se pagaria em menos de sete anos com os valores que hoje são
173 gastos, e se constituiria como uma solução definitiva para o problema da seca no Estado. De acordo com
174 o palestrante, o projeto utilizaria 6 mil m³/hora (do total de 20 mil m³/hora disponíveis) com
175 sustentabilidade que pode chegar a cerca de 1000 anos para abastecimento dos 51 municípios na borda
176 do semiárido cristalino piauiense, sem comprometimento da disponibilidade hídrica existente no Vale
177 do Gurguéia, de acordo com os dados dos estudos da CPRM que foram consultados. Esclareceu também
178 sobre a liminar emitida pela **Juíza Marina Mendes (TRF)**, que impulsionou a realização de audiências
179 públicas, com a participação de muitos órgãos do executivo e judiciário federal e estadual, que
180 resultaram na segunda liminar (de 17 de setembro de 2015), determinando que a União, por meio do
181 Ministério da Integração Nacional (MI), elabore um projeto executivo para a “adutora do sertão do
182 Piauí”, com prazo de quatro meses para apresentação do projeto, sob pena de multa diária de R\$ 200
183 mil. Relatou que o projeto, até o momento, não foi apresentado pelo MI. Porém, informou que
184 houveram avanços políticos em relação ao projeto, a partir de interlocução entre o MPE-PI e os
185 parlamentares nos níveis Estadual e Federal, solicitando inclusive que os parlamentares colocassem à
186 disposição suas verbas de bancada para a realização do projeto. Esclareceu que o Senador Fernando
187 Ferro conseguiu inserir o projeto da “adutora do sertão do Piauí” no Plano Plurianual atual (PPA 2016-
188 2019), destinando um total de R\$ 1 bilhão para sua execução, e que uma parte deste montante foi
189 inserida na Lei de Diretrizes Orçamentárias deste ano (LDO/2016). Por fim, salientou que o
190 envolvimento da União é extremamente importante para viabilizar o projeto, pois não se visualiza
191 empenho do Estado do Piauí para esta importante iniciativa. O **Promotor Marco Aurélio Adão (MPF)**
192 complementou que vislumbra o CNRH como um ator de extrema importância para promover o
193 cumprimento da decisão, ainda pendente, emitida pelo TRF, sobre a elaboração do projeto pelo MI. O
194 **Promotor Vando Marques (MPE-PI)** ressaltou que o projeto em questão não envolveria custos com
195 perfuração de poços, pois já existem, e nem com bombeamento pois a água desceria por gravidade. A
196 **Juíza Marina Mendes (TRF)** complementou que o judiciário tem lidado com processos relacionados a
197 políticas públicas, o que é um grande desafio, já que envolve questões técnicas com mais profundidade
198 do que ações normais, que geralmente envolvem apenas questões de direito, que se resolvem com um
199 sim ou não ao final. Os processos relativos à políticas públicas também não se resolve de imediato, pois
200 envolvem uma sequência de processos, um dependente do outro, para ao final se atingirem os objetivos
201 desejados, ou seja, não é apenas resolver uma questão de direito, mas é importante determinar o “como
202 fazer” e se existe viabilidade e capacidade técnica para se resolver o problema. Na sequência, o **Sr.**
203 **Fernando Feitosa (CPRM)** fez uma breve apresentação, acrescentando sobre o histórico e detalhes dos
204 estudos hidrogeológicos dos aquíferos do Vale do Gurguéia, que se iniciaram ainda nos anos de 1972 e
205 1973, quando foi perfurado o poço “Violeta”, destinado à pesquisa, que jorrou 970 m³/h de água na

época da perfuração. Foi também perfurado o poço “Santa Fé”, com igual vazão jorrante, também destinado à pesquisa. A partir daí foram perfurados mais 15 poços não jorrantes pela CPRM, em parceria com o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Estes 15 poços também eram profundos, mas de baixo custo e altíssima produtividade (400 a 500 m³/h), e foram locados em área não jorrante/sem surgência natural, isso para atenderem às necessidades dos irrigantes da região. Esclareceu que o nível potenciométrico do aquífero “Cabeças” fica acima da superfície na região próxima ao rio Gurguéia, e por isso os poços perfurados muito próximos ao rio são jorrantes/surgentes. Já a pressão/nível potenciométrico do aquífero “Serra Grande” é ainda maior por estar em maior profundidade. Discorreu também sobre um projeto de poços para irrigação, executado nos anos 80. Salientou que o projeto da “adutora do semiárido do Piauí” não consiste em uma proposta da CPRM; foi uma ideia concebida por um dos técnicos da instituição, Francisco Lage. Ou seja, a CPRM não atesta o referido projeto, pois não realizou estudos de viabilidade técnica e não elaborou nenhuma proposta técnica a respeito, o qual necessitaria de uma estrutura robusta de bombeamento, incluindo estruturas de abastecimento de energia para dar suporte ao funcionamento das bombas, que permita vencer o desnível de cerca de 470 metros existente entre o nível dos poços no Vale do Gurguéia até o ponto mais alto na “Serra das Confusões”, a partir do qual a água se deslocaria por gravidade até os pontos a serem abastecidos na região semiárida. Portanto, a CPRM apenas atesta a existência do potencial de garantia de produção de água de 20 mil m³/h pelos poços durante 50 anos sem comprometimento da reserva permanente dos existentes nos aquíferos, isso considerando as análises conservadoras realizadas por meio de modelagem. Ressaltou a necessidade de estudos específicos de engenharia para se analisar a viabilidade técnica do projeto da adutora. Para maiores detalhes, esta apresentação está disponível no endereço: http://cnrh.gov.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=275&Itemid=9.

O **Sr. Leonardo de Almeida (ANA)** complementou que a dominialidade sobre as águas subterrâneas em questão, é do Estado do Piauí. Assim, as ações da ANA sobre as águas dos poços do Vale do Gurguéia têm sido de caráter pontual e em atendimento à demanda do governo do Estado, como a que ocorreu em 2004, quando o governador entrou em contato com a Agência solicitando auxílio quanto às intervenções para solucionar o problema do desperdício, o que levou à ANA a intervir com apoio à colocação de tampões e registros em alguns dos poços jorrantes da região. Informou também que em 2016 o governador solicitou auxílio novamente à ANA para realizarem alguns estudos sobre as intervenções possíveis na região. Ressaltou que a Agência pode sim realizar parcerias com a CPRM visando estudos e convênios nos quais a CPRM ficaria responsável pelos levantamentos e estudos hidrogeológicos e a ANA responsável pelos trabalhos relacionados à gestão das águas em conjunto com órgãos gestores estaduais, tal como tem sido feito em regiões abrangidas por aquíferos interestaduais. Porém, a ANA não pode impor nenhum projeto ou estudo aos Estados, os quais detêm a dominialidade sobre as águas subterrâneas. O **Promotor Vando Marques (MPE-PI)** solicitou esclarecimento sobre três convênios que a ANA havia feito com o Estado do Piauí visando à gestão dos recursos hídricos, e como o MPE-PI poderia contribuir para reafirmar estes e/ou celebrar outros convênios para o estabelecimento e fortalecimento de políticas de gestão hídrica naquele Estado. O **Sr. Leonardo de Almeida (ANA)** informou que o primeiro convênio (sobre o tamponamento e instalação de registros nos poços) já foi efetivado e, portanto, concluído, e os outros dois convênios não se concretizaram, mas que a ANA está totalmente aberta a novos convênios para trabalhos relativos ao Vale do Gurguéia. A **Sra. Eldis Camargo (ANA)** orientou que o MPE-PI enviasse formalmente à ANA nova solicitação de informações sobre o andamento dos convênios em questão. A **Juíza Marina Mendes (TRF)** questionou se a ANA poderia realizar os estudos de viabilidade técnica relacionados ao projeto da “adutora do semiárido do Piauí”. O **Sr. Leonardo de Almeida (ANA)** informou que projetos de infraestruturas fogem às competências da Agência. O **Sr. Wilson de Azevedo (Pesca e Turismo)** sugeriu que se discuta a forma como o CNRH pode contribuir para a solução da questão em pauta. O **Sr. João Clímaco (FONASC-CBH)** sugeriu a criação de um Grupo de Trabalho (GT) de acompanhamento das políticas de gestão das águas subterrâneas na bacia hidrográfica do rio Parnaíba, para solucionar os problemas de escassez de água para a população do nordeste próxima àquela bacia. Após diversas intervenções e questionamentos pelos presentes, o **Sr. Zoltan Romero (OTEP)** sugeriu que a CTAS trabalhar em uma Moção específica para o problema do Vale do Gurguéia, a qual seria dirigida ao

governo do Estado do Piauí, solicitando que inicie ações em conjunto com a ANA e CPRM para o planejamento de gestão das águas na região. Os membros da CTAS concordaram com a proposta, e após extenso debate e contribuição de todos, elaborou-se a Moção a ser encaminhada para apreciação pelo plenário do CNRH. Diante das sugestões colocadas, a Câmara Técnica ficou de trabalhar em sua próxima reunião em outras duas propostas de Moção, uma dirigida ao MI, ANA, CPRM e órgãos gestores estaduais para promoção dos estudos relativos ao projeto da “adutora do semiárido do Piauí”, e outra sobre as políticas de gestão das águas subterrâneas na bacia do rio Parnaíba. Após, passou-se ao próximo item de pauta. Item 05 - Palestra: Atuação da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CT-AS) dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (PCJ), por representante dos Comitês PCJ: A apresentação foi feita pelo **Sr. Vinícius Rodrigues (Comitês PCJ)**, que iniciou falando sobre o Comitê-PCJ, primeiro CBH do Estado de São Paulo, instalado em 1993, e em 2009 foi criada a Fundação Agências dos Comitês PCJ, que, a partir de 2012, passou a exercer as funções de secretaria executiva dos CBHs. Por ter característica de envolver rios de domínio da União (área total das bacias de 15 mil Km², com 92,6% em SP e 7,4% em MG), incluindo rios do Estado de Minas Gerais, em 2003 foi criado o Comitês PCJ Federal e, em 2008, o Comitê-PJ, de MG. Esclareceu que as Câmaras Técnicas não tem a figura de presidente e relator, mas sim, coordenador e secretário, quem faz a relatoria, e que não existe limite para suplentes dos representantes. Quanto à CT-AS do Comitês PCJ, existe um GT-Controle, cujo objetivo é de elaborar propostas que permitam aumentar o monitoramento e fiscalização dos usos das águas subterrâneas no Estado. Discorreu sobre as atribuições da CT-AS do PCJ, salientando que a Câmara Técnica também participa do um GT-Empreendimentos, formado pelos Coordenadores de todas as Câmaras Técnicas do PCJ, o qual analisa os Estudos e Relatórios de Impactos Ambientais (EIA/RIMA) dos empreendimentos licenciados pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), com foco nos recursos hídricos. Falou sobre os “programas de desenvolvimento continuado” relacionados no Plano de bacias do PCJ (2010-2020), que está em processo de licitação para a contratação visando sua revisão. Para mais detalhes, a apresentação está disponível no endereço: http://cnrh.gov.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=275&Itemid=9. O **Sr. José Luiz Albuquerque (IPT)** complementou que os Comitês PCJ têm se movimentado bastante por meio da realização de workshops e seminários, para que as ações e projetos relacionados a águas subterrâneas no Estado não fiquem em segundo plano, como o estudo das áreas de recarga do Aquífero Guarani. Informou que está programado um Painel, organizado pela Câmara Técnica de Águas Subterrâneas do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de São Paulo, que pretende reunir diversos especialistas do Estado de SP e apresentar os diversos trabalhos sobre águas subterrâneas no Estado. Se prontificou a enviar a programação do evento aos membros da CTAS/CNRH, e sugeriu que esta Câmara Técnica buscasse promover também algum evento para se discutir e verificar o Estado da Arte dos estudos e do número de técnicos especializados em águas subterrâneas no país. A **Sra. Roseli Souza (MMA/SRHU)** então informou que antes da realização de um evento como o sugerido, a SRHU já tem planos de contratar uma consultoria para apoiar os trabalhos da CTAS/CNRH fazendo um levantamento de todos os trabalhos atualmente existentes no Brasil que tratam sobre águas subterrâneas. Em seguida, questionou sobre a participação dos municípios na CT-AS do PCJ, ao que o **Sr. Vinícius Rodrigues (Comitês PCJ)** esclareceu que os representantes dos municípios têm se empenhado mais em participar de outras CTs do PCJ, não demonstrando muito interesse na CT-AS. Após diversas intervenções e questionamentos pelos presentes, prontamente esclarecidos pelos representantes do IPT e dos Comitês PCJ, passou-se para o Item 06 - Discussão sobre os temas prioritários propostos pelo CNRH para CTAS: A **Sra. Roseli Souza (MMA/SRHU)** lembrou que na última reunião a CTAS/CNRH já começou a análise dos temas prioritários, identificando alguns temas que não eram pertinentes à Câmara Técnica enquanto outros já estavam em discussão e alguns precisariam de complementação ou de melhor esclarecimento, como o caso do tema “água mineral”, para o qual o CNRH não apresentou justificativa. Após debatidos cada uma dos temas com a contribuição de todos, o **Sr. Zoltan Romero (OTEP)** salientou que o primeiro tema “diretrizes para a gestão integrada de recursos hídricos superficiais e subterrâneos”, que está em discussão, de fato é de grande importância e deve ser buscado um consenso sobre ele em conjunto com a CTPOAR. Adicionalmente, reiterou que os conselheiros do CNRH membros da CTAS tem liberdade para propor novos temas, além de

complementações aos temas ora apresentados, para serem trabalhados pela CTAS durante o próximo ano. Assim, passou-se ao Item 07 - Assuntos Gerais/Encerramento: O Sr. João Clímaco (FONASC-CBH) solicitou sugestão à presidência da CTAS em relação às abordagens sobre águas subterrâneas nos Planos de Bacias, considerando que esta Câmara Técnica deveria estabelecer diretrizes para estas abordagens. Então o Sr. Zoltan Romero (OTEP) ressaltou a Resolução CNRH nº 22/2002, que “Estabelece diretrizes para inserção das águas subterrâneas no instrumento Planos de Recursos Hídricos”, a qual define o conteúdo mínimo relativo às informações e estudos sobre os aquíferos que os Planos devem apresentar (arts. 3º, 4º, 5º e 6º). Ao final da reunião, o Sr. Zoltan Romero (OTEP) agradeceu a presença e a colaboração de todos e encerrou a 96ª Reunião da CTAS no final da tarde do dia 06 de outubro de 2016.

Ata aprovada durante a 97ª Reunião da CTAS.



Zoltan Romero C. Rodrigues
Presidente da CTAS



Antônio Calazans Reis Miranda
Relator da CTAS

ANEXO – Lista de Presença da Reunião Conjunta CTAS-CTPOAR